

LEI Nº 2.281, DE 01 DE JULHO DE 1996.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

~~AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ALEGRE-ES, EM CONFORMIDADE COMO DISPOSTO NO ART. 35 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, A PROCEDER EM PROCESSO REGULAR CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO E USO DE IMÓVEIS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º~~ — Fica o Poder Executivo Municipal de Alegre-ES, autorizado a proceder em conformidade com o disposto no § 19 do artigo 35 da Lei Orgânica do Município, e com observância e cumprimento as normas estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos), a concessão¹ para uso e exploração dos imóveis da municipalidade abaixo detalhados:

I — Parque de Exposições Geraldo Santos e Área de Lazer Jayme de L. Campos — em toda sua formação: área de lazer, quiosques, módulos restaurantes, administração, recepção, estacionamento, equipamentos e todo o espaço físico que constitui o imóvel.

II — Parque de Exposição Agropecuária Otacílio Custódio da Silva — Café — em toda sua formação: módulos restaurantes, administração, recepção, estacionamento, equipamentos, e todo espaço física que constitui o imóvel.

III — Parque de Exposição Agropecuária Manoel Lucindo — Celina — em toda sua formação: módulos restaurantes, administração, recepção, estacionamento, equipamentos, e todo espaço físico que constitui o imóvel.

IV — Parque de Exposição Agropecuária Dr. Ivan Neves de Andrade — Rive — em toda sua formação: módulos restaurantes, administração, recepção, estacionamento, equipamentos, e todo espaço físico que constitui o imóvel.

~~Art. 2º~~ — As normas e critérios para a concessão objeto desta Lei, serão estabelecidas no Edital de Concorrência Pública e na minuta do contrato¹ que fará parte integrante do processo licitatório.

~~Art. 3º~~ — Fica estabelecido o prazo máximo da 15 (quinze) anos para a referida concessão em contrato inicial, permitida a prorrogação de até 50% (cinquenta por cento) do prazo inicial estipulado.

~~Parágrafo Único — As concessões relativas aos Parques de Exposição instalados em terrenos de terceiros, a qualquer título, obedecerão as cláusulas e prazos estabelecidos entre o Poder Público Municipal e seu respectivo proprietário.~~

~~**Art. 4º** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 01 de julho de 1996.~~

~~**JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA** — Caléu
— Prefeito Municipal~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.